




REVISTA DE ESTUDOS EM ARTES CÊNICAS
E-ISSN 2358.6958

Meu corpo não é um só: corpo, culturas cênicas negro-brasileiras e questões curriculares

Alexandra Gouvea Dumas

Para citar este artigo:

DUMAS, Alexandra Gouvea. Meu corpo não é um só: corpo, culturas cênicas negro-brasileiras e questões curriculares . **Urdimento** – Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 3, n. 56, dez. 2025.

 DOI: 10.5965/1414573103562025e0206

Este artigo passou pelo *Plagiarism Detection Software* | iThenticate



A Urdimento esta licenciada com: [Licença de Atribuição Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) – (CC BY 4.0)



Meu corpo não é um só: corpo, culturas cênicas negro-brasileiras e questões curriculares¹

Alexandra Gouvea Dumas²

Resumo

É possível borrar a hegemonia da noção de corpo que rege estruturas de dominação e implica o epistemicídio de culturas corporais negras? Em diversos campos culturais, observa-se a predominância de uma concepção de corpo orientada prioritariamente por critérios biologizantes. Contudo, outras fundamentações geraram noções de corpo, assim como manifestações cênicas, pautadas por princípios distintos, como a ancestralidade e a vida comunal. Neste estudo, foram realizadas análises de currículos de graduação em Teatro, revisão de literatura sobre o corpo negro e seus fundamentos, além de investigações sobre experiências cênicas negrorreferenciadas em espaços acadêmicos.

Palavras-chave: Corpo negro. Culturas Cênica negro-brasileiras. Currículo.

My body is not one: body, Afro-Brazilian performing arts cultures, and curricular issues

Abstract

Is it possible to blur the hegemony of the notion of body that governs structures of domination that imply the epistemicide of Black bodily cultures? In various cultural fields, the predominance of a conception of the body primarily oriented by biologizing criteria is observed. However, other foundations have generated notions of bodies, as well as performing arts manifestations, guided by distinct principles such as ancestry and communal life. In this study, analyses of undergraduate theater curricula, a literature review on the Black body and its foundations, and investigations into performing arts experiences that incorporated this perspective of the body in academic spaces were carried out.

Keywords: Black body. Afro-Brazilian performing arts cultures. Curriculum.

Mi cuerpo no es uno: Cuerpo, culturas escénicas afrobrasileñas y cuestiones curriculares

Resumen

¿Es posible desdibujar la hegemonía de la noción de cuerpo que rige las estructuras de dominación que implican el epistemicidio de las culturas corporales negras? En diversos campos culturales, se observa el predominio de una concepción del cuerpo orientada principalmente por criterios biologizantes. Sin embargo, otros fundamentos han generado nociones de cuerpos, así como manifestaciones escénicas, guiadas por principios distintos como la ascendencia y la vida comunitaria. En este estudio, se realizaron análisis de currículos de pregrado en Teatro, una revisión bibliográfica sobre el cuerpo negro y sus fundamentos, e investigaciones sobre experiencias escénicas que incorporaron esta perspectiva del cuerpo en espacios académicos.

Palabras clave: Cuerpo negro. Culturas escénicas afrobrasileñas. Currículo

¹ Revisão ortográfica, gramatical e contextual do artigo realizada por Éverton de Jesus Santos. Doutorado em Letras pela Universidade Federal de Sergipe.

² Pós-doutorado na Université de Paris X, Nanterre, França. Pós-doutorado pela Universidade de Brasília (UnB). Doutorado em Artes Cênicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com período cotutela em Université de Paris X, Nanterre. Mestrado em Artes Cênicas pela UFBA. Especialização em Metodologia do Ensino da Educação Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Graduação em Licenciatura em Educação Física pela UFBA. Graduação em Licenciatura em Teatro pela UFBA.

 adumas@ufba.com

 <http://lattes.cnpq.br/5041254022481817>  <https://orcid.org/0000-0001-8622-9591>



[...] o corpo é um grande sistema de razão.
Por detrás de nossos pensamentos acha-se um senhor poderoso,
um sábio desconhecido.
(Mestre Pastinha)

Início este texto partilhando uma reflexão da socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí, a partir da qual ela critica a “velha somatocentralidade do pensamento ocidental” (2021, p. 15). A autora, na obra intitulada *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (2021), evidencia que a “[...] lógica cultural das categorias sociais ocidentais é baseada em uma ideologia do determinismo biológico: a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social” (Oyèwùmí, 2021, p. 15-16).

Oyèwùmí nos oferece uma crítica ao uso do pensamento ocidental ao pontuar sua universalização e a consequente aplicabilidade dele para a compreensão e a afirmação de distintas culturas. “As teorias ocidentais tornam-se ferramentas de hegemonia na medida em que são aplicadas universalmente, partindo do pressuposto de que as experiências ocidentais definem o humano”, afirma (Oyèwùmí, 2021, p. 46-47).

É a partir das constatações expostas brevemente acima – a somatocentralidade e sua universalização – que caminho para um esgarçamento desse pensamento, tendo como foco o contexto brasileiro, especialmente na observação de expressões de caráter cênico que acontecem em ambientes não hegemônicos da arte, em territórios de culturas negro-brasileiras³, e as noções que permeiam currículos de graduação em Teatro⁴. Ouso ressaltar que a questão levantada não está exatamente na centralidade do corpo, como aponta a socióloga citada, mas sim em uma imposição interpretativa pautada, sobremaneira, na perspectiva biologizante do que seja corpo. Temos, e somos, outros corpos, para além da noção dominante e reinante pelo e para o homem

³ Não se pretende aqui homogeneizar a diversidade de culturas negro-brasileiras. A delimitação desse escopo, aqui, está associada aos trabalhos citados pelas professoras e suas respectivas obras, mais adiante comentadas: Inaicyra Falcão, Sandra Petit, Onisajé – com trabalhos embasados em itans, capoeira e candomblé, respectivamente.

⁴ Projeto de pós-doutorado voltado para a análise de currículos de graduação em Teatro/Artes Cênicas/Encontro de Saberes realizado, no período de março de 2022 a março de 2023, sob a supervisão do professor José Jorge de Carvalho (UnB).



branco europeu.

Se tomarmos como medida a medicina em perspectiva hegemônica, no Brasil a noção de corpo predominante se aproxima do que afirma João Paulo Medina: “O próprio saber médico-científico só muito raramente incursiona para além do meramente fisiológico e psicológico, demonstrando uma visão não só limitada como também fragmentada e, às vezes, distorcida do corpo” (1987, p. 68).

Uma concepção de corpo baseada em uma lógica essencialmente anatomobiológica ainda predomina em grande parte das universidades brasileiras. Um exemplo corriqueiro disso é o modo como se organiza o uso dos banheiros: neles, homens e mulheres são separados a partir de um critério majoritariamente biológico: a genitália.

Embora alguns campos acadêmicos tenham avançado em direções mais emancipatórias, sobretudo nas discussões de gênero, propondo compreensões do corpo que ultrapassam reducionismos biológicos, o cotidiano social ainda é marcado por uma hegemonia conceitual que privilegia a biologização como eixo central da epistemologia corporal. Essa lógica continua funcionando como elemento determinante para definir raça, gênero e os modos de operação social do corpo.

Do alcance que um dicionário de abordagem geral tem, o corpo aparece como sendo um constructo anatômico, sendo assim conceituado: “Conjunto de elementos físicos que constitui o organismo do homem ou do animal, formado por cabeça, tronco e membros”, ou como “a estrutura física de uma pessoa” (Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, 2024). Em outros dicionários, o corpo é apresentado em estado de individualidade, com foco na matéria física. Destaco alguns desses conceitos segundo o Dicionário Priberam (2024): 1. Tudo o que ocupa espaço e constitui unidade orgânica ou inorgânica. 2. O que constitui o ser animal (vivo ou morto). 3. Cadáver.

A partir da posição discursiva dos estudos sobre o corpo, noções se evidenciam, sobretudo em relação à área de origem dessas fontes. No caso relatado, advindo de verbetes selecionados, o corpo aparece como uma



materialidade que se apresenta como representativa do humano. Nota-se uma ênfase em aspectos físicos e biológicos. De forma geral, não só nas ciências médicas, mas também na religião (especificamente nas tradições judaico-cristãs), assim como na Filosofia, a questão do corpo traz uma discussão subjacente no que tange à sua materialidade e à sua dimensão metafísica: alma, espírito, mente. Na perspectiva colonizadora, aplica-se um modelo dual e opositor, como se o corpo tivesse sido, ou fosse, um composto de excertos, ainda que porventura em circunstâncias dialógicas, um aglomerado de partes: ora a materialização estrita da existência, ora uma abstração dessa materialidade projetada em algo não palpável e em um tempo existencial por vir.

René Descartes (1596-1650), filósofo e matemático francês bastante representativo do pensamento moderno, baseia-se no dualismo ontológico: “Descartes afirma que a mente é uma substância diferente do corpo. Isso permite à mente estar indeterminada e incondicionada pelo corpo” (Grosfoguel, 2016, p.19).

Por sua vez, o filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900), conhecedor e crítico da cultura ocidental, apresenta uma noção mais ampla do corpo. Para ele:

Eu sou todo corpo e nada além disso; a alma é somente uma palavra para alguma coisa do corpo; o corpo é uma grande razão, uma multiplicidade com um sentido, uma guerra e uma paz, um rebanho e um pastor. Instrumento do teu corpo é, também, a tua pequena razão, meu irmão, à qual chamas “espírito”, pequeno instrumento e brinquedo da tua grande razão (Nietzsche, 1992, p. 51).

Poderíamos fazer um maior aprofundamento sobre as noções de corpo pelo ponto de vista das obras de pensadores europeus, pois, dada a sua vasta complexidade interpretativa, elas são foco de reflexões em diversos campos literários do conhecimento. Porém, como afirma o filósofo francês Maurice Merleau-Ponty (1908-1961), “Ver-se-á que o corpo próprio se furta, na própria ciência, ao tratamento que a ele se quer impor” (Merleau-Ponty, 2018, p. 110).

Sendo assim, o corpo é, sim, fundamento de muitas tradições culturais, sobretudo as africanas e negro-brasileiras. O sociólogo Muniz Sodré, a respeito da cultura nagô, declara que “[...] a presença do paradigma africano se atesta pelo posicionamento do corpo no primeiro plano do pensamento cosmológico”



(Sodré, 2017, p. 116). No entanto, o que se diferencia, basicamente, da determinação ocidentalizada é justamente a sua própria noção, que escapa à hierarquização produzida pelo fundacionismo biológico.

De modo geral, a discussão aqui posta busca reconhecer e tornar visíveis noções de corpo presentes em tradições negro-brasileiras e, assim, contribuir para a desuniversalização da concepção hegemônica de corpo – branca e ocidental – que ainda prevalece, inclusive nos currículos de cursos de graduação em Teatro.

O modelo de homem universal, moderno, que imprime a condição de existir parte da ideia de que pensar é uma ação que determina a existência humana. Isso faz com que o pensar, representado pela mente, esteja em uma alta categoria devido à sua valorização. Vemos, assim, um corpo metonímico: um fragmento do corpo (mente/cabeça) que se torna representativo de sua totalidade. Trata-se de uma concepção de base cartesiana que separa e fragmenta o corpo, orientando modos de pensar. Essa lógica continua estruturando grande parte da produção de conhecimentos no meio acadêmico.

Para Oyěwùmí, a definição desse corpo governado por uma bio-lógica evidencia o seguinte:

Paradoxalmente, no pensamento europeu, apesar do fato de que a sociedade era vista como habitada por corpos, apenas mulheres eram percebidas como corporificadas; os homens não tinham corpos – eram mentes caminantes, o que coloca em evidência que o “homem é da razão” e a “mulher é do corpo” (2021, p. 34).

Nesse contexto, para essa autora, “[...] o homem de ideias frequentemente tinha a mulher e os outros corpos em sua mente” (Oyěwùmí, 2021, p. 34).

Considerando a universalização do pensamento ocidental e sua penetração impositiva nos mundos alvo da colonização, essa noção de corpo também é impetrada como ideia dominante: seja por meio da Igreja, das instituições de ensino ou mesmo da arte, sem desprezar outros dispositivos atuantes na formação do corpo ou do pensamento sobre ele. Houve e há uma categorização social na qual o determinismo biológico, advindo da centralização dessa noção de corpo, define quem é homem, quem é mulher, quem é negro, quem é

branco... e, dessas categorias, constroem-se e afirmam-se relações de dominação. É “[...] a concepção de que a biologia fornece a lógica para a organização do mundo social”, como dito. Sodré afirma que “[...] a noção de corpo, caudatária da tradição cultural greco-latina, integra-se na civilização cristã do Ocidente como ideia de um objeto à parte do sujeito” (1997, p. 30).

Essa criação de corpo, no recorte histórico colonizador, atende a um projeto de exploração e dominação de territórios, culturas e povos:

A coisificação do corpo em relação oposta à elevação da alma foi um fundamento essencial para justificar a escravização de povos negros, os corpos que serviriam ao labor cruel e extenuante para atender ao projeto de produção e acumulação de riquezas. Então, os detentores do projeto eram os que tinham alma e buscavam a sua elevação cada vez mais e os corpos escravizados os destituídos de espírito, portanto, objetos de manipulação, comandados pelos autointitulados seres superiores (Dumas, 2019, p. 3).

Compreende-se que a hiperbiologização do corpo atende a um ideal político, pois, ao afirmar essa noção por meio de proposições e derivações comportamentais humanas, gera-se um pensamento-ação que funciona em prol da criação, materialização e sustentação de modos de controle pelos modos de cultura. A professora e pesquisadora Leda Maria Martins enfatiza que “[...] todas as manifestações culturais e artísticas exprimem, de algum modo, a visão de mundo que matiza as sociedades e, nestas, os sujeitos que ali se constituem” (2021, p. 22). Diante dessa afirmação, podemos inferir que existem múltiplas formas de expressão e diversas visões de mundo. No entanto, o que se destaca para esta discussão é aquilo que se universaliza, ou seja, o que é tomado como parâmetro para a totalidade da experiência humana. Mais especificamente, interessa-nos questionar o que se entende por corpo e, de forma articulada, evidenciar as reverberações conceituais dessa noção em componentes curriculares de cursos de graduação em Teatro ou Artes Cênicas.

O corpo que reina no universo cênico-acadêmico: sobre currículo e aspectos colonizantes da cultura branco-europeia

Questionar a hegemonia branca, atualmente, pode soar como um lugar comum. No entanto, lançar um olhar crítico-analítico sobre o que está estabelecido pode ir além do simples gesto de denúncia, funcionando como um



ponto de partida para transformações. É familiar operar na lógica colonizadora, o que torna ainda mais urgente problematizar a universalização de referências e valores hegemônicos. Esse movimento pode permitir desnaturalizar a centralidade branco-europeia, especialmente no que se refere à noção de corpo presente nos cursos de graduação em Teatro.

A estrutura curricular predominante nos cursos de Licenciatura e Bacharelado em Teatro alinha-se, em certa medida, ao pensamento hegemônico de corpo presente na Medicina, sobretudo no que se refere à fragmentação em especialidades baseadas no fundacionismo biológico.

Esses currículos são compostos por disciplinas (ou componentes curriculares) organizadas em fluxogramas que obedecem a uma lógica sequencial (com pré-requisitos, ordenação semestral, entre outros critérios), mas que nem sempre estabelecem relações dialógicas entre si. Assim, a própria estrutura curricular expressa um modo de pensamento que tem na sequencialidade e na separabilidade seus princípios orientadores, refletindo uma determinada percepção de mundo e de educação.

Nas universidades públicas federais – foco desta pesquisa e onde se concentra grande parte das graduações em Teatro –, é comum encontrar, nas grades curriculares, disciplinas dedicadas explicitamente ao corpo, tais como: Técnicas Corporais, Expressão Corporal, Corpo e Movimento, Improvisação Corporal, Movimento e Linguagem, entre outras. Muitas dessas disciplinas apresentam, em suas ementas, conteúdos programáticos e referências bibliográficas uma noção de corpo alinhada ao tecnicismo, ao biologicismo e às matrizes culturais ocidentais eurocentradas.

Tomemos como exemplo um dos cursos mais antigos entre as universidades brasileiras: o Bacharelado em Atuação Cênica da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)⁵, que teve o seu início de

⁵ A escolha especificamente desse curso e nessa universidade se dá também por conta do prestígio social devotado ao Rio de Janeiro, especialmente por ser a cidade onde está localizado o conjunto de estúdios da Rede Globo, grande rede de telecomunicação, de largo alcance no Brasil, conhecida por produzir telenovelas em constância e de grande popularidade. Uma das expectativas voltadas a jovens que ingressam em cursos de Teatro é largamente revelada na seguinte pergunta: “E quando você vai pra Globo?”. Sobre o curso, o currículo e as demais informações que constam neste texto, foram acessadas no site da referida universidade, disponível em: <https://www.unirio.br/cla/escoladeteatro>.



funcionamento em 1975. Sua grade curricular, especialmente nas disciplinas obrigatórias, revela um conjunto de referências bibliográficas que privilegia técnicas e tradições de pensamento de determinados/as autores/as, entre eles: o austríaco Rudolf Laban, o russo Vsevolod Meyerhold, o polonês Jerzy Grotowski, o brasileiro Klaus Vianna e a alemã Pina Bausch. Nota-se que os autores referenciados são, em sua totalidade, identificáveis racialmente como brancos, predominantemente homens, e que as temáticas abordadas estão majoritariamente vinculadas a técnicas e perspectivas inscritas em matrizes culturais europeias, mesmo quando apresentadas por autoras brasileiras, como no caso do livro *O corpo em movimento: o sistema Laban/Bartenieff na formação e pesquisa em Artes Cênicas*.

As ementas curriculares evidenciam a centralidade de técnicas como Ballet Clássico, Contato-Improvisação, Teatro-Dança, entre outras. Embora algumas delas proponham como objetivo “desenvolver a sensibilização, a consciência e a percepção corporais”, observa-se que, no mesmo componente curricular, entre os quatro conteúdos programáticos apresentados, dois são estruturados a partir de uma perspectiva marcadamente biológica: “2: Sistemas ósseo, muscular e articular” e “3: Apoios e tonicidade”.

A hiperbiologização, assim como o tecnicismo, está em consonância com a universalização da noção cultural de corpo. O Balé Clássico, por exemplo, é uma disciplina obrigatória no Bacharelado em Atuação Cênica da UNIRIO, tornando-se, nesse contexto, um conhecimento considerado imprescindível à formação de atores e atrizes. Em contraste, não se observa, nomeadamente, a presença de componentes obrigatórios que sustentem outras noções de corpo, entre elas aquelas provenientes das expressões negras que constituem a história cultural do Rio de Janeiro, como o samba.

Se considerarmos a qualidade epistêmica, o alcance popular e a amplitude histórica e cultural intrínsecos a esse fenômeno, o estudo do samba, com toda a sua complexidade corporal, deveria ser um componente obrigatório na formação de atores e atrizes.

Ao compreender o currículo como um espaço que orienta experiências e

modos de produção de conhecimento no campo das noções de corpo, o pesquisador Eduardo Oliveira, ao discutir os processos de colonização, afirma: “Colonizar é tornar o Outro idêntico ao Eu” (Oliveira; Santos, 2023, p. 37). O autor dá sequência a esse raciocínio, evidenciando a relação imbricada entre natureza e experiência e mostrando como a colonização produz regimes de sentido que definem o que pode ser reconhecido como corpo, conhecimento e existência legítima.

A lógica da Modernidade não é apenas diferente, mas brutalmente ofensiva à lógica do lugar próprio! São antagônicas! Enquanto a Modernidade é proselitista de uma universalidade abstrata, porém com efeitos nefastos sobre a realidade, a lógica do lugar próprio é paladina de uma singularidade e do respeito dos processos múltiplos de habitar o solo e suas paisagens (Oliveira; Santos, 2023, p. 21).

Portanto, a análise do currículo de Artes Cênicas da UNIRIO e das disciplinas⁶ que conferem ênfase ao corpo revela a ausência de conteúdos e metodologias voltados para a cultura territorial local, especialmente para as culturas cênicas negras que constituem de forma decisiva o perfil da cidade onde essa universidade se insere. A existência das diferenças culturais e corporais, marcadas por tensionamentos e relações históricas, torna-se invisibilizada quando se opta por reforçar, de modo sistemático, a centralidade da cultura branca e europeia.

Trata-se do que se denomina racismo epistêmico, definido pela pedagoga e pesquisadora Rita Santos como um processo que “[...] desvaloriza sistemas de conhecimentos de povos negros e indígenas, assim como contribui para a existência de currículo fragmentado em disciplinas sem diálogo entre si e entre conhecimentos advindos de espaços não acadêmicos ou escolares” (Oliveira; Santos, 2023, p. 63).

Faz-se pertinente perguntar: se o corpo é cultura e se vivemos, indiscutivelmente, em uma cultura racista, em que medida disciplinas dos cursos de graduação em Teatro – nas quais a noção de corpo assume papel central – se articulam e expressam posicionamentos frente às questões raciais?

⁶ Movimento e Percepção: Obrigatória – 60 Horas; Movimento e Análise: Obrigatória – 60 Horas; Movimento e Composição: Obrigatória – 60 Horas; Balé Clássico: Obrigatória – 60 Horas.



A inserção das questões negras no espaço político do currículo pode ocorrer de diferentes maneiras; contudo, uma compreensão histórica com horizonte emancipatório exige tensionar não apenas a estrutura curricular e seus componentes, mas também os critérios de concursos docentes, frequentemente ancorados em epistemes branco-hegemônicas. Essa lógica reforça a perpetuação de um modelo estreito de corpo e de arte, alinhado a matrizes eurocêtricas.

A pesquisadora Rita Santos enfatiza que “[...] ler e questionar o currículo desde as naturezas afrodiaspóricas se faz necessário às experiências favoráveis para ampliar as tensões criativas e as atribuições de sentidos diferentes às hegemonicamente existentes” (Oliveira; Santos, 2023, p. 63). Por esse motivo, serão destacadas a seguir algumas experiências propostas e gerenciadas por docentes/pesquisadoras negras, cujas realizações artístico-pedagógicas, realizadas no âmbito acadêmico, tomaram como referência parâmetros epistemológicos e culturais negros.

Em geral, foram experiências desenvolvidas como projetos de extensão, pesquisa e ensino, mas à margem da formalidade curricular, isto é, não necessariamente integradas a disciplinas, ementas, conteúdos programáticos ou referências bibliográficas oficiais. Como consequência, observa-se que os resultados dessas práticas desafiaram a hegemonia brancocentrada, apresentando noções de corpo estruturadas a partir de outras perspectivas e ampliando a pluralidade conceitual e cultural no campo das artes cênicas.

“Uma episteme, um saber, e não apenas uma epiderme, um lamento ou um pesar”⁷: quando a noção de corpo na academia é enegrecida...

Com base na relação estabelecida com a terra, para o povo de santo, o homem é corpo; ele é o seu próprio corpo, e não ha nada mais próximo dele do que esta realidade, sua corporeidade [...] (Sousa Júnior, 2002, p.127).

Diante do uso constante, há séculos, dessa noção dominante de corpo gestada pelo Ocidente, podemos exercitar outras formas de pensar e ser – para além, ou mesmo fora, do hegemônico – e perceber que existem outras

⁷ A frase colocada entre aspas é de autoria de Leda Maria Martins. In: *Performances do tempo espiralar*, 2021, p. 188.

possibilidades de existência. A partir de observações, vivências e reflexões sobre manifestações culturais negro-brasileiras, notam-se noções de corpo que, embora dialoguem com a perspectiva ocidentalizada, operam por outras lógicas. Se Oyěwùmí afirma, sobre a sociedade iorubá, que “[...] o corpo nem sempre é recrutado como base para classificação social” (2021, p. 43), abre-se a possibilidade de que classificações sociais existam em fenômenos negro-brasileiros, mas não necessariamente obedecendo a determinações biológicas.

Nos terreiros de candomblé, por exemplo, a maturidade da experiência do corpo pode ser percebida para além da idade cronológica. Uma criança pode ser hierarquicamente situada acima de um adulto com mais tempo de vida, mas menos tempo de casa; ou a categoria “homem” pode ser vivida por alguém cujo orixá se expressa de modo associado ao feminino. Temos aí uma gestão de corpo na qual as categorias hegemônicas (homem/mulher, velho/novo) são tensionadas e reorganizadas pela própria diferença. O corpo ancorado numa cultura ancestral, em fricção com o corpo moldado pela cultura hegemônica, é convocado a se recriar, a cocriar. Martins nos traz iluminações a esse respeito quando diz:

Nas culturas predominantemente orais e gestuais, como as africanas e as indígenas, o corpo é, por excelência, local e ambiente de memória. Mas o corpo, nessas tradições, não é tão somente a extensão ilustrativa do conhecimento dinamicamente instaurado pelas convenções e pelos paradigmas seculares. Esse *corpo/corpus* não apenas repete um hábito, mas também institui, interpreta e revisa a ação, evento ou acontecimento representado. Daí a importância de ressaltarmos nessas tradições sua natureza metaconstitutiva, nas quais o fazer não elide o ato de reflexão; o conteúdo imbrica-se na forma, a memória grafa-se no corpo, que a registra, transmite e modifica perenemente (Martins, 2021, p. 89).

O corpo, em culturas de terreiro de candomblé, tem uma ligação indissociável com o espaço. A propósito dos cuidados e das curas, há uma fundamentação pautada nas folhas, nas ervas e na natureza:

A forma que a gente pensa o cuidado dentro do terreiro é diferente da forma como a gente pensa o cuidado na medicina hegemônica, sabe? A gente pensa o cuidado no terreiro a partir de pilares que envolvem as questões espirituais, físicas, emocionais e comunitárias. E todos esses quatro valores, eles são balizados por planta (Igor Ramos, Podcast Axé das Plantas: Cura do corpo e da alma. Episódio 4 – Teteregun. Publicado em: 15 agosto de 2024).

Dessa forma, estamos diante de noções de corpo que se afirmam não exatamente ou exclusivamente por uma determinação bioanatômofisiológica. Assim, outras categorias de entendimento de corpo são convocadas a atuar em nosso campo reflexivo. No candomblé, religião negro-brasileira, a noção de corpo opera a partir de sua dimensão ancestral e espiritual, da conexão com elementos da natureza, do espaço, do tempo e com outros corpos. Em diversas expressões culturais e tradicionais negro-brasileiras, o corpo não é concebido apenas como uma unidade individual apartada dos elementos que o compõem. Ele é, em si, um todo e, simultaneamente, parte de um todo maior. Essa noção de integração é apresentada pela professora Sandra Haydée Petit como o caráter holístico dessa cosmovisão. A capoeira é um dos recortes de observação da professora, que destaca: “[...] o que podemos deduzir em termos de valores filosóficos das posturas corporais é que envolvem princípios tais como: unidade na diversidade, firmeza junto com flexibilidade, integração das partes, do dentro e do fora, da verticalidade com horizontalidade” (Petit, 2015, p. 99).

Fenômenos culturais negro-brasileiros trazem, em sua história diaspórica, um corpo fundado por princípios que transcendem uma unicidade explicativa. A ancestralidade, a memória, a ideia de continuum, a integridade, a existência e suas ritualizações, bem como o comunitarismo, perpassam muitas experiências que constituem um constructo de conhecimento, afinal, “O que no corpo e na voz se repete é também uma episteme”, afirma Martins (2021, p. 23). Destarte, o professor e antropólogo Júlio César de Tavares evidencia a necessidade de “[...] compreender a ação corporal como pensamento e prática política” (2020, p. 20). Já para o antropólogo Kabengele Munanga (apud Nogueira, 2021, p. 25-26),

O corpo, como sede material de todas as nossas identidades, de “raça”, de “etnia ou de cultura”, de “sexo ou de gênero”, de “classe social”, de “religião” ou de “nacionalidade”, entre outras, não é apenas um corpo natural com diferenças morfológicas que podemos enxergar, tocar e palpar. O corpo é mais do que isso, pois é uma categoria cognitiva, objeto de imaginações e de representações permeadas pelas ideologias e visões do mundo.

A ampliação das noções de corpo inclui a observação e a percepção das existências negras, compreendendo-as como uma logia. Suas concepções, elaboradas em processos geracionais e tradicionais, foram e são atravessadas



pela colonialidade, mas existem além, à parte, com ou contra ela – uma maneira de ser corpo negro que “[...] transcende dualidades, por isso mesmo plástico, dinâmico, autopoético, resiliente, adaptável e atravessado pelas mais distintas formas de ‘dobras’ e ‘quebras’ localizadas na pós-travessia atlântica” (Tavares, 2020, p. 20).

Transcendendo a lógica biologizante e territorial que definiu o corpo negro nos processos de colonização, o ponto que se destaca nesta reflexão é que as experiências demarcadas no Brasil pelo processo de escravização foram uma elaboração intencional de um grupo dominante. Entretanto, mesmo com todo o aparato de afirmação dessa racialização dos corpos, houve escapes, fugas e reelaborações culturais e corporais que constituem as trajetórias negras ainda hoje no Brasil. Assim, “O corpo aparece como potente manifesto de múltiplos cenários e figura-fundo de toda a construção do processo para o qual ele atua de maneira consistente a evocar o estado de ser, a condição do estar e a manifestação do pensar” (Tavares, 2020, p. 22).

Os rituais de construção constante da existência humana são fundamentais em culturas indígenas, africanas e afrodiaspóricas. A propósito da cultura nagô, o professor e pensador Sodré reconhece o ritual como “lugar próprio à plena expressão e expansão do corpo”. Para ele,

No conjunto ritualizado de procedimentos cosmogônicos, o corpo encontra a sua totalidade, resolvendo a dicotomia entre singular e plural, entre sujeito e objeto ao se integrar no simbolismo coletivo na forma de gestos, posturas, direções do olhar, mas também de signos e inflexões microcorporais, que apontam para outras formas perceptivas. Ao mesmo tempo, a corporeidade enseja um tipo de percepção sensorial, que pode de fato ser concebida como “ecológica”, na medida em que vincula o sujeito, à natureza íntima do ecossistema circundante e abrangente. Pessoas, animais, plantas compõem uma espécie de paisagem viva e atuante sobre o elemento humano (Sodré, 2017, p. 129).

A partir do momento em que afirmamos particularidades e atravessamentos comuns na experiência histórica e cultural do/s corpo/s negro/s, identificamos traços relacionados à escravidão, mas que a transcendem: os corpos negros brasileiros pertencem a uma genealogia afroterritorial, são herdeiros, mantenedores e criadores de tradições culturais africanas. Assim, sem cair em essencialismos, é possível reconhecer fundamentos identificáveis em



fenômenos negro-brasileiros, alguns mais diretamente vinculados às tradições africanas, outros atualizados e recriados a partir dessas matrizes. Contudo, o corpo negro não se sustenta em uma unidade conceitual identitária homogênea, fixa e impermeável. Muito pelo contrário. A experiência negra atlântica e pós-atlântica gerou vivências que produziram junções, reações e reformulações contínuas. Tornou-se uma episteme que se move por espiralar-se sem cessar.

Sendo a racialização uma experiência radical e ontológica na existência negra, como descartar sua potência epistêmica na produção de conhecimentos que marcam experiências e rituais desse viver? Há inúmeras manifestações de perfil tradicional e traços diaspóricos atuantes na dinâmica cultural brasileira. Foco aqui no campo cênico-pedagógico para observar como a matriz africana impulsionou elaborações sustentadas por fundamentos complexos, a exemplo da ancestralidade, entrelaçada com memória, tradição e suas expressões corporais.

A ancestralidade é um conceito recorrente em teses, dissertações e reflexões sobre cultura negra. Costuma ser apresentada como algo ligado ao passado cronológico, às pessoas que viveram antes, aos antepassados. Embora difundido como palavra, seu significado é profundamente complexo. Trata-se de um fundamento cosmológico central em culturas africanas e diaspóricas. A professora Leda Maria Martins explicita essa complexidade ao perguntar: “De que modos, então, essa sofisticada vivência da ancestralidade e a presença imanente do ancestre na vida cotidiana dos sujeitos também inscrevem uma singular compreensão e experiência da temporalidade como uma *sophya*?” (Martins, 2021, p.23).

A professora e dançarina Inacyra Falcão dos Santos realizou uma experiência relevante com alunas do curso de Dança do Departamento de Artes Corporais da Universidade de Campinas, em São Paulo, em montagem cênica e poética intitulada *Ayán: símbolo de fogo*⁸, na qual a ancestralidade é apresentada como um importante axioma gerador do processo criativo.

Para a artista e professora Santos, “A filosofia etno-crono-ética revela que

⁸ Para maior aprofundamento, consultar o livro *Corpo e ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação*, de autoria de Inacyra Falcão dos Santos.

existe uma outra noção de tempo e espaço, uma nova dinâmica, a de voltar para o corpo e dizer ‘este corpo é assim, tem esse gingado, tem esse movimento, tem essa qualidade’” (Santos, 2006, p. 47). O trabalho foi impulsionado pelo mito iorubano de origem do tambor Batá, sendo, no percurso criativo, o corpo considerado um “instrumento ativo” ou “que tem o conhecimento mítico incorporado” (Santos, 2006, p. 55). Sobre o processo, ela afirma: “[...] foi por assim dizer, marcado pela *ginga*, pelo *negaceio*, por um *vai-mas-não-vai: jogo de cintura* para dar origem à “esperteza” do trabalho” (Santos, 2006, p. 85). É o corpo que traz e traduz, em movimentos, pensamentos míticos recorrentes aos tempos que se dobram sobre si. O corpo aciona memórias e esse mesmo corpo pode responder processando conhecimentos trançados em subjetividades, criando e recriando fundamentos e movimentos em áfricas e em brasis.

Pode ser pensado um diálogo entre a criação de Santos e o pensamento de Martins, sobretudo quando esta afirma:

No contexto do pensamento que trança as diversas e diferentes culturas africanas com as culturas da diáspora, movimentos de retroação e de avanços simultâneos só podem ser mensurados e arguidos no âmbito mesmo de uma visão de mundo, de uma concepção da vivência do tempo e das temporalidades, fundadas por um pensamento matriz, o da ancestralidade, princípio mater que inter-relaciona tudo o que no cosmos existe, transmissor da energia vital que garante a existência ao mesmo tempo comum e diferenciada de todos os seres e de tudo no cosmos, extensão das temporalidades curvilíneas [...] (Martins, 2021, p. 42).

A reflexão sobre ancestralidade convoca outros conceitos que operam junto a ela, como corpo e tempo, já que o conhecimento, na perspectiva africana e negro-brasileira, não se organiza em fragmentos isolados. Trata-se de um saber que articula dimensões, não as separa. O professor Eduardo Oliveira, ao discutir o corpo em culturas de matriz africana, afirma que

É ancestral, pois o corpo é uma anterioridade. O corpo ao mesmo tempo é a ancestralidade como é por ela regido. Ancestralidade é tradição, e não se pode entender o corpo sem tradição uma vez que esta é um baluarte de signos e, dessa forma, a produtora da semiótica que significa os corpos (Oliveira, 2005, p. 125).

A propósito da cultura nagô, Sodré volta-se para o tempo a fim de falar sobre ancestralidade:

[...] a temporalidade em que se inscreve o destino é próprio da ancestralidade, isto é, da vigência ética do discurso de fundação do grupo, em que se enlaçam origem e fim. Pode-se conceber aí um nível de história, relativo ao conjunto de fatos e feitos humanos, mas elaborado como uma articulação de passado, presente e futuro pelo culto ao ancestral (Sodré, 2017, p. 128).

A professora Sandra Haydée Petit toma como exemplo um conhecimento cultural afro-brasileiro: a capoeira. Nela, há um conjunto de valores e fundamentos gestados e paridos por e em corpos negros. Petit identifica ações vinculadas à cosmologia da capoeira e as apresenta como valores da ancestralidade: “[...] senhoria, mestria, iniciação, respeito, espiritualidade, relação comunitária, intergeracionalidade, etc., repassados no chamado ritual da capoeira, e obviamente toda a movimentação que a capoeira exige como luta dançante [...]” (Petit, 2015, p. 177).

Entre os valores frequentemente associados à ancestralidade nas culturas negras, o comunitarismo ocupa lugar central. Vanda Machado, professora e Egbome do Terreiro Ilê Axé Opo Afonjá, compartilha experiências e reflexões provenientes do Irê Ayó, projeto pedagógico criado e desenvolvido por ela na Escola Municipal Eugênia Anna dos Santos, situada no referido terreiro, em Salvador, Bahia. A partir do vivido no chão da escola e do terreiro, Machado destaca valores do “pensamento africano recriado na diáspora”. A vida comunal é um dos elementos postos em relevo:

Ensina-se pelo *emi*, o sopro do encantamento da palavra e do outro. Nesse contexto, é necessária a presença do outro que nos constrói. Eu preciso do outro para ensinar, para encantar, para ser colocado no seu caminho, que é também o meu caminho. Das aprendizagens do outro depende a continuidade da tradição, da redistribuição da força da espiritualidade gerada pela entrega de saberes necessários à condição de ser e com-viver na comunidade (Machado, 2017, p. 26).

É interessante perceber em vivências e reflexões gestadas e nascidas em grande parte das culturas negras que essa perspectiva comunitária não destitui o corpo do seu sentido individual e único. Sodré, no que se refere ao que ele chama de corpo-território, afirma:

Todo indivíduo percebe o mundo e suas coisas a partir de si mesmo, de um campo que lhe é próprio e que se resume, em última instância, a seu corpo. O corpo é lugar-zero do campo perceptivo, é um limite a partir do qual se define um outro, seja coisa ou pessoa. O corpo serve-



nos de bússola, meio de orientação com referência aos outros (2002, p. 135).

Por sua vez, Petit, ao sistematizar a proposta pedagógica denominada Pretagogia⁹, coloca em relevo a valorização da construção coletiva do conhecimento:

Em subgrupos e em coletivos maiores é que se atinge de modo geral maior heterogeneidade e riqueza de ideias, noções e conceitos, permitindo assim problematização e, sobretudo, a construção de relações comunitárias, algo muito valioso na cosmovisão africana, uma vez que eu só existo por meio dos outros, ou seja, alimento-me do convívio e da troca (Petit, 2015, p. 182).

Ao lado da tradição, da redistribuição da força vital, da heterogeneidade e riqueza de ideias apontadas pelas professoras Machado, Santos e Petit, a professora Martins acrescenta à vida comunitária mais um valor, o da estética:

A expressão artística, em todas as suas manifestações e realizações, torna-se uma nobre qualidade quando em si reverbera, na potência de sua funcionalidade, esse brilho do espírito, o fazer bem para o bem coletivo, visando a suas necessidades de equilíbrio social, postura e postulado da ética e da sophya que as informam (Martins, 2021, p. 70).

Até aqui, foi apresentada uma paisagem conceitual sobre fundamentos que sustentam práticas culturais, curriculares e reflexões com ênfase em noções de corpo/corpo negro. Reconhece-se, pela complexidade dessas manifestações, a dificuldade de categorizar ritos e práticas de existência provenientes de culturas negras em linguagens definidas pela cultura ocidentalizada, como teatro, artes plásticas, música e dança. Não é aplicável, sob a ótica das culturas euro-branco-colonizadoras, buscar equivalências conceituais nas culturas negras. As diferenças culturais operam a partir de fundamentos próprios e, se nos furtamos à lógica da dominação, o relevante é descobrir formas de existir nas diferenças, na diversidade.

No que se refere ao corpo, observam-se questões que se particularizam em fundamentos negros, sobretudo no Brasil, em jeitos de existir “umbilicalizados” com as terras africanas. No campo da dança, a sacerdotisa e professora Makota Valdina Pinto é citada:

⁹ Para maiores conhecimentos sobre Pretagogia, ver o livro de autoria de Sandra Haydée Petit: *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral, contribuições do legado africano para a implementação da Lei nº 10.639/03 (2015)*.

[...] evidencia aspectos de um processo de aprendizado em que o corpo deve estar em seu estado completo de presença, rompendo com modelos mais convencionais e eurocêntricos em que o tempo sucessivo e a fragmentação do corpo são recursos frequentemente explorados. Essa pensadora e líder religiosa descarta a imitação externa e aposta na busca de uma dança interna, movida por elementos de um corpo em ligação com elementos da natureza e em conexão consigo. Ela afirma: “A gente que tem esse veio negro, esse antepassado negro, queira ou não está aí na humanidade. [...] Você anda dançando e tudo que a gente faz é dançando” (Alexandre, 2017, p. 42). Exalta-se aí uma ideia de experiência corporal pautada na polivalência de sensações, de sentidos e de expressões (apud Dumas, 2019, p. 8).

Compreendendo que há fundamentos nesse “jeito de corpo”, nesse “veio negro”, interessa-nos questionar a hegemonia que hierarquiza e define tensões, dominações e eliminações do que é o corpo negro.

No campo da estética, que oficializa o corpo branco como centro de importância em locais e ações – como universidades, políticas públicas, galerias, teatros, salas de concerto e documentos curriculares –, seria possível promover interações com culturas tradicionais negras sem ferir seus fundamentos? A relação com o território (e tudo aquilo que o compõe, inclusive os corpos) é tão definidora desse existir que seu entrançamento com espaços ditos brancos impossibilitaria uma realização plena? Ou a promoção do encruzilhamento, considerando o enfrentamento digno das diferenças, seria, sim, uma fidelidade aos princípios constituintes de corpo-pensamentos negros, agindo com e para o outro?

Foram citadas experiências que consideramos fazeres-resposta às perguntas acima apresentadas, a exemplo da elaboração pedagógica denominada Pretagogia, do projeto com docentes de uma escola inserida no terreiro, o Irê Ayó e da montagem cênica *Ayán: símbolo de fogo* – experiências orquestradas por mulheres negras, com vivências aprofundadas em tradições diaspóricas e, simultaneamente, inseridas no campo acadêmico. Acrescentamos mais uma experiência, também desenvolvida por uma mulher negra, Onisajé (Fernanda Júlia Barbosa), que vem elaborando em pesquisas o que ela denomina Teatro Preto de Candomblé¹⁰, que consiste em “[...] um fazer teatral que busca

¹⁰ Para maiores informações, consultar a tese da autora, intitulada *Teatro preto de candomblé: uma construção ético-poética de encenação e atuação negras*, defendida no PPGAC-UFBA em 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/36704>.

no ritual do Candomblé o ponto de partida para a ritualidade cênica” (Barbosa, 2020, p. 77).

A Yakekerê¹¹ e encenadora Onisajé nos apresenta indagações pertinentes:

Como acontecer um projeto poético que coloque diálogo e um encontro entre candomblé e teatro sem que esse encontro fira, interfira na intimidade da religiosidade? Sem que isso exponha fundamentos e preceitos guardados desde nossos antepassados e que fazem com que nossa religiosidade tenha a importância e o valor que ela tem? (Barbosa, 2016, p. 12).

As culturas corporais negras, como as que fundamentam o candomblé, ao serem postas em diálogo com outros constructos culturais, inclusive o hegemônico, exigem de quem conduz essa ação um conhecimento solidificado, muitas vezes construído pelo próprio pertencimento. Com frequência, a própria ação de pesquisar/aprender transcende as etapas convencionais de pesquisas baseadas exclusivamente em leituras e observações. Solicita-se ao corpo de quem pesquisa um tipo de imersão em que ele próprio é posto em estado de vivência e aprendizado, pois, em geral, trata-se de conhecimentos produzidos e assimilados na vida cotidiana, diluídos no estar presente no território, e não apenas demarcados por tempo (dia e horário) e locais previamente determinados (salas de aula).

Quando o/a pesquisador/a-professor/a-mestre/a assume a missão de ensinar e de promover ações de diálogo entre terreiros e outros territórios, ele/a precisa se colocar também na condição de vivenciar o que está sendo apreendido. Decerto, o conhecimento, ao ser “traduzido” para espaços e contextos distintos, torna-se acessível a indivíduos alheios aos códigos corporais e culturais que o estruturam.

Em crítica às relações entre Ocidente e África, Oyěwùmí chama atenção para o “abraço perigoso” e enfatiza que, nesse contato, “continuamos a confundir o Ocidente com o Eu e, portanto, nos vemos como o Outro” (2021, p. 58). São realidades distintas – Brasil e África –, porém com muitos pontos de contato. Assim, vale tomar emprestadas essas reflexões, adaptando-as às

¹¹ Mãe pequena do terreiro Ilê Axé Oyá L'adê Inan, na cidade de Alagoinhas, Bahia.



particularidades territoriais, históricas e culturais do nosso país. A autora, a partir de sua experiência como mulher nigeriana, problematiza essa relação afirmando: “Pensar que se pode habitar o território e depois mudar as regras é uma falácia porque as regras e o território não são separáveis, eles são mutuamente constituintes. Um não existe sem o outro” (Oyěwùmí, 2021, p. 58).

Dessa forma, compartilho uma interrogação: é pertinente que o conhecimento gestado em corpos e culturas negras tradicionais seja compartilhado em espaços hegemônicos e, assim, democratizado para corpos alheios às questões negras? Faz-se necessário haver uma gestão das ocupações e funções dessas presenças pautada na ética das diferenças, incluindo-as nos currículos acadêmicos? Ou as culturas corporais negras devem ocupar apenas seus espaços mais resguardados, em resposta à sua própria necessidade e à histórica imposição de “não se misturar” para conseguir existir?

Trago esses questionamentos porque, ao mesmo tempo em que se pontua a ausência negra em currículos, galerias e espaços culturais que representam poder, é preciso também questionar as arquiteturas e os gerenciamentos culturais desses lugares. Afinal, o espaço também é conceito. Assim, se as culturas tradicionais gestadas em e com corpos negros avançam para ocupar espaços pedagógicos e artísticos considerados hegemônicos, é necessário promover alargamentos que comportem transformações estruturais e de pensamento. A inclusão não pode pressupor submissão. A experiência radical do diálogo implica trocas, tensões, transformações e complexos jogos de corpos. Em relação aos currículos escolares e acadêmicos, Rita Santos evidencia:

Trazer as naturezas como experiência paradoxal para o currículo implica na possibilidade de vivenciar o currículo como espaço de coexistência, de relações poéticas desde o corpo. Essas experiências, fundadas na coexistência complementar entre os opostos, contribuem para conceber o currículo como uma tensão criativa e não uma rivalidade (Oliveira; Santos, 2023, p.68).

Pelas experiências brevemente elencadas (Pretagogia; Irê Ayó; Ayán: símbolo de fogo; Teatro Preto de Candomblé), nota-se que as proponentes possuem relações aprofundadas tanto na academia quanto em linguagens artísticas, assim como um pertencimento solidificado nos conhecimentos culturais negros por



elas trabalhados (terreiros, capoeira, candomblé). Seus corpos registram a experiência negra não apenas pelo caráter fenotípico, mas pela vivência conceitual do que seja ancestralidade e vida comunitária.

O duplo (ou múltiplo) pertencimento das mulheres criadoras aqui destacadas gera uma elaboração respeitosa na promoção dialógica entre as diferenças, de modo a favorecer encontros, processos e resultados com menor risco, numa perspectiva em que o outro (pessoas, espaços) não seja, a priori, uma ameaça, mas sim uma possibilidade interativa. Isso se aproxima do que o professor Júlio César de Tavares denomina “prática deglutidora dos sentidos de alteridade” (2020, p. 23), capaz de gerar, com todos os sentidos críticos aguçados, novos significados como resultado de uma proposição dialógica, interacional e de encontro com distintas vivências culturais: “Potente a ponto de permitir o aparecimento de uma nova pragmática na qual o operador centra-se na totemização do corpo, espaço do agir, pensar, combater, orar e jogar” (Tavares, 2020, p. 23).

Lançar mão de noções e orientações negras para compreender e analisar práticas culturais dessa natureza revela-se uma atitude coerente, afinal, o corpo negro, com toda a sua complexa malha conceitual e histórica, é constituído de culturas, conceitos e existências em sua força corpórea. Existem formas de elaboração cênica que carregam essas histórias e evidenciam essas memórias. Essa afirmação não pretende sustentar uma ideia reducionista de herança bioautomatizada, como na expressão popular direcionada prioritariamente a corpos negros em estado cultural e ancestral manifestado: “Tá no sangue!”. Trata-se de compreender fenômenos para além da visão de uma corporeidade exclusivamente euro-branco-centrada.

Constituindo-se como episteme, as corporalidades negras precisam ser abordadas como tal: com estudos aprofundados e respeito pleno aos seus princípios. A inserção da noção de corpo negro em estudos acadêmicos nesse campo passa por reconhecer seus jeitos: é uma experiência, é uma partilha, é particular, é uma partícula, é uma e muitas epistemes.

Referências

BARBOSA, Fernanda Júlia (Onisajé). Entrevista. *Legítima Defesa, uma revista de teatro negro*, Cia Os crespos da Cooperativa Paulista de Teatro, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 10-21, 2 sem. 2016.

BARBOSA, Fernanda Júlia (Onisajé). Teatro preto de candomblé: descolonizando as peles pretas. *Revista Rascunhos - Caminhos da Pesquisa em Artes Cênicas*, v.7, n. 1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/issn2358-3703.v7n1a2020-05>. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/rascunhos/article/view/48972>. Acesso em: 3 out, 2024.

DICIONÁRIO Michaelis. Verbete corpo. *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Editora Melhoramentos, 2024. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/corpo/>. Acesso em: 3 out. 2024.

DICIONÁRIO Priberam da Língua Portuguesa [em linha]. *Verbetes corpo*. 2008-2024. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/corpo>. Acesso em: 3 out. 2024.

DUMAS, Alexandra Gouvêa. Corpo negro: uma conveniente construção conceitual. In: *XV ENECULT*, Salvador, agosto de 2019. Disponível em: <https://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111785.pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

GROSFOGUEL, Ramon. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/xpNFtGdzw4F3dpF6yZVVGgt/?format=pdf>. Acesso em: 3 out. 2024.

MACHADO, Vanda. *Pele da cor da noite*. Salvador: EDUFBA, 2017.

MARTINS, Leda Maria. *Performance do tempo espiralar, poéticas do corpo-tela*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MEDINA, João Paulo. *O brasileiro e seu corpo: educação e política do corpo*. Campinas, SP: Papirus, 1987.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Editora: WMF Martins Fontes, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. *Assim falou Zaratustra*. [S. l.]: Linoart, 1992.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.



OLIVEIRA, Eduardo David de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. 2005, 353 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/36895/1/2005_tese_edoliveira.pdf. Acesso em: 3 out. 2024.

OLIVEIRA, Eduardo; SANTOS, Rita Silvana Santana dos. *Poética da natureza: inspirações curriculares*. Salvador: Segundo Selo, 2023.

OYÈWÙMÍ, Oyèrónké. *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PETIT, Sandra Haydée. *Pretagogia: pertencimento, corpo-dança afroancestral e tradição oral, contribuições do legado africano para a implementação da Lei 10.639/03*. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SANTOS, Inaicyra Falcão dos. *Corpo e ancestralidade: uma proposta pluricultural de dança-arte-educação*. 2. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

SODRÉ, Muniz. Corporalidade e liturgia negra. In: RUFINO, Joel (Org.). *Revista do Patrimônio Histórico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 25, 1997.

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

SOUSA JÚNIOR, Vilson Caetano de. As representações do corpo no universo afro-brasileiro. *Revista Projeto História*, São Paulo, v. 25, dez. 2002.

TAVARES, Júlio César de (Org.). *Gramática das corporeidades afrodiaspóricas: Perspectivas etnográficas*. Curitiba: Appris, 2020.

Recebido em: 11/01/2025

Aprovado em: 20/11/2025